

Aposta no futuro

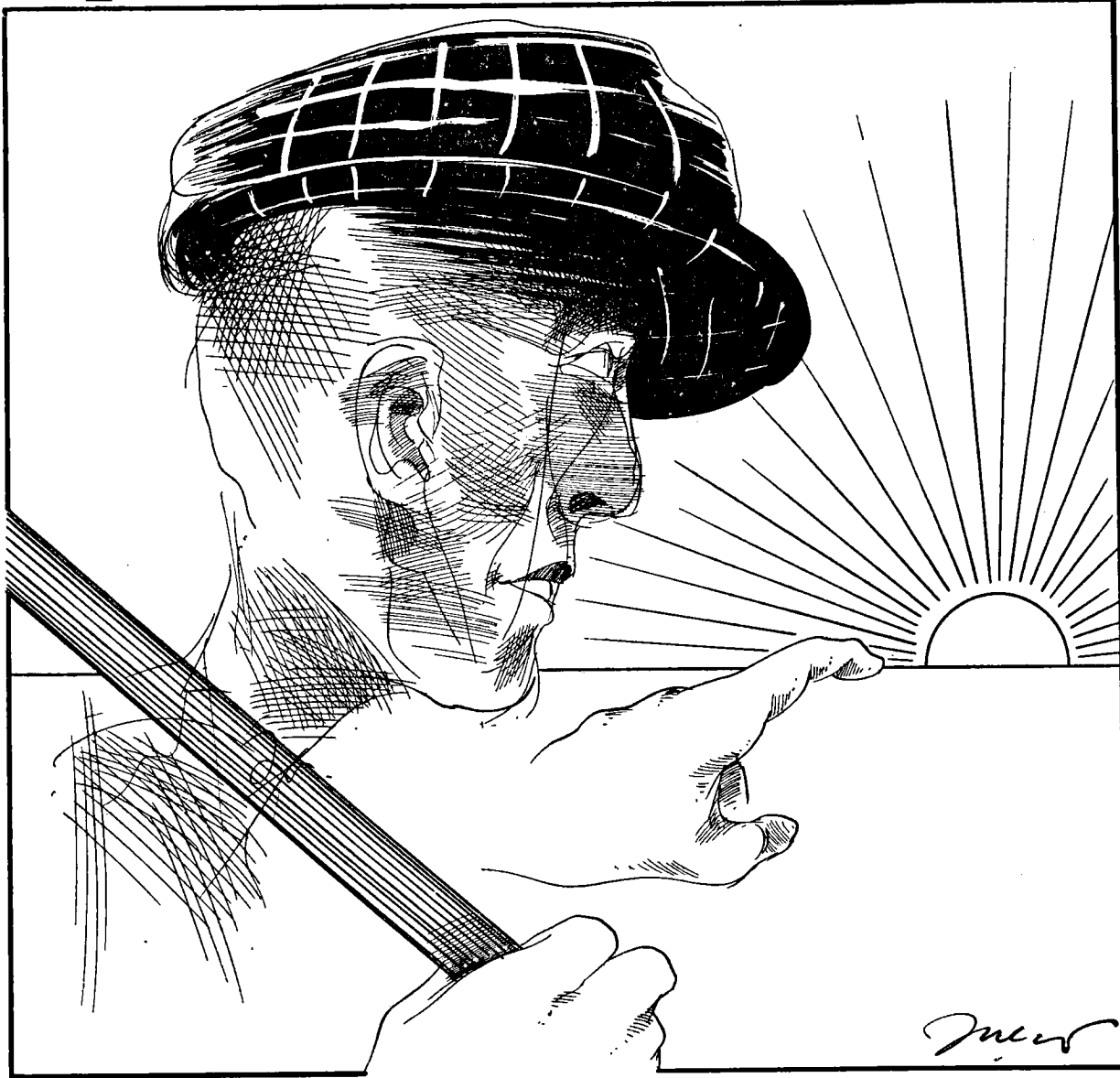
JOSÉ NÊUMANNE



A passagem de Fernando Collor de Mello, do PRN, e Lula da Silva, do PT, para o segundo turno da eleição presidencial tem um significado histórico: pela primeira vez, na República centenária, a população brasileira arrombou as cercas dos currais eleitorais e tomou a definição de uma eleição em suas próprias mãos. Tanto um quanto o outro postulante à Presidência são representantes da insatisfação popular contra o estilo da gerência do Estado brasileiro adotado secularmente pelas elites políticas, afinal afastadas da luta concreta pelo poder.

Fernando Collor é, na verdade, o membro da terceira geração de uma 'estirpe' de políticos profissionais, por ser neto de Lindolfo Collor e filho de Arnon de Mello. Na campanha, contudo, não se valeu de sua condição de oligarca, mas, ao contrário, conseguiu vender, com competência, para o povo a certeza de que pode vir a ser seu agente na necessária reestruturação (em russo, *perestroika*) pela qual deve passar o Estado brasileiro. Por mais que o apontem como direitista, por tática eleitoral, seja das elites derrotadas no primeiro turno, seja de seu adversário no segundo turno, Collor não obteve 21,5 milhões de votos por descender de uma família de políticos, mas, ao contrário, por ter prometido tirar as famílias de políticos, seus apadrinhados e apaniguados do núcleo do poder republicano. Mesmo que ele venha a ter o apoio do voto conservador, como, totalmente, terá, só conseguirá articular um governo minimamente viável se cumprir a promessa de atuar como agente da mudança, e não da conservação do **status quo**.

Quanto a Lula da Silva, sua presença no turno decisivo da eleição é ainda mais emblemática. Filho de uma família de camponeses nordestinos pobres, ele mesmo um imigrante que ganhava a vida no duro trabalho da transformação fabril, dispõe de muito mais que apenas de **physique du rôle** para representar o povão brasileiro. O candidato do PT tem cara de povo, fala e age como povo e, mesmo tendo sido eleito para a Câmara dos Deputados, em 1986, com a maior votação absoluta já recebida por um parlamentar, está longe de caber no figurino de politi-



co tradicional. Sua brilhante carreira de líder sindical operário pode ter dado a Lula conhecimentos imprescindíveis para circular entre as elites dominantes no Congresso, mas, certamente, não basta para defini-lo como membro do clube desses privilegiados, agora rejeitados nas urnas pela ampla maioria da sociedade brasileira. A escolha de Lula e Collor para o jogo final do mais importante campeonato da República brasileira em seus cem anos de existência não se limita, contudo, à consagração dos outsiders da política como gerentes da maior crise já vivida por este País em todos os tempos. Ela significa também que a população quer ver fora do jogo todos aqueles que, até agora, manipularam, por trás da cena, os cordéis das decisões administrativas.

A população quer ver fora do jogo a velha elite política

Mesmo quem não tenha dúvida nenhuma sobre as enormes diferenças existentes entre a personalidade e a conduta política dos dois postulantes à Presidência da República na eleição de 17 de dezembro não pode deixar de se impressionar com algumas semelhanças explícitas de ambos. Lula e Collor são da mesma geração e, mais do que isso, representam sangue novo injetado em veias sabidamente esclerosadas de uma República em que a idade avançada nem sempre se confunde com experiência e, muito menos, com sabedoria. Lula tem praticamente a mesma idade que Jânio Quadros tinha ao assumir o poder em 1961, 44 anos, e Collor é quatro anos mais moço, sendo que nenhum dos dois votou naquela última eleição direta presidencial.

Ambos são originários do Nordeste, apesar de Collor haver nascido no Rio e Lula viver em São Paulo desde menino. Os dois utilizaram a

retórica mais fortemente oposicionista ao governo Sarney e aos governadores estaduais eleitos pelo PMDB em 1986, mesmo tendo sido Collor um dos beneficiários do chamado estelionato eleitoral do Plano Cruzado, há três anos.

A principal similitude, contudo, é política: de cada um deles os 33 milhões de brasileiros que sufragaram seus nomes em 15 de novembro esperam um novo estilo administrativo. Foi para isso que arrombaram as cercas dos currais eleitorais, desprezando a palavra dos intermediários e até dos seculares proprietários de votos no Brasil. Ainda que um ou outro venha a frustrar essa expectativa, mesmo que as cercas sejam reerguidas nas eleições estaduais de 1990, esta eleição já representa uma inegável aposta no futuro. Basta isso para que se comemore com grande entusiasmo a maior, mais livre e plural eleição da História do Brasil.

José Nêumann é editor e editorialista do Estado